

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS CONSELHO SUPERIOR

ATA DA 267º SESSÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

1 Aos dez dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, às quinze horas, na Sala de Reuniões do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, teve início a Sessão 2 3 Ordinária do Conselho Superior, sob a condução do Vice-Presidente do CSMPDFT, Procurador de 4 Justiça José Firmo Reis Soub. Estiveram presentes os Conselheiros, Procuradores de Justiça, Ruth 5 Kicis Torrents Pereira, Benis Silva Queiroz Bastos, Arinda Fernandes, Selma Leite do Nascimento 6 Sauerbronn de Souza, Katie de Sousa Lima Coelho e Mauro Faria de Lima e o Corregedor-Geral do 7 MPDFT, Procurador de Justiça Gladaniel Palmeira de Carvalho. Ausentes, justificadamente, o Presidente do CSMPDFT, Leonardo Roscoe Bessa, e os Conselheiros Antonio Ezequiel de Araújo 8 9 Neto e Eduardo José Oliveira de Albuquerque, este convocado em virtude da suspensão do 10 Conselheiro Petrônio Calmon Alves Cardoso Filho por 90 (noventa) dias, até 13 de agosto de 2018. I - EXPEDIENTE. 1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. O Conselho Superior, à 11 unanimidade, aprovou a ata da 266ª Sessão Ordinária, de 12 de julho de 2018. 2. 12 COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA. A. Cronograma de planejamento das Eleições para a 13 14 composição do Conselho Superior do MPDFT - Biênio 2018/2020. O Conselho Superior, à unanimidade, aprovou o cronograma e nomeou a Comissão Eleitoral, integrada pelo Procurador de 15 Justiça José Eduardo Sabo Paes, pelos Promotores de Justiça Laura Beaztriz Castelo Branco Alves 16 17 Semeraro Rito, Wanessa Alpino Bigonha Alvim, Raquel Tiveron e pelo Promotor de Justiça Adjunto 18 Nathan da Silva Neto para, sob a presidência do primeiro e secretariado pelo último, dirigir a eleição 19 destinada à composição do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 20 nos termos do artigo 163, inciso III, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993. 3. COMUNICAÇÕES DA PROCURADORIA DISTRITAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO -21 22 PDDC. Sem comunicações. 4. COMUNICAÇÕES DA OUVIDORIA. A. Memorando nº 23 2063/2018 - Ouvidoria, de 7 de agosto de 2018 (Tabularium nº 08191.082814/2018-01), que 24 encaminha o relatório mensal da Ouvidoria do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 25 relativo ao mês de julho de 2018; **B.** Memorando nº 077/2018 - SIC, de 7 de agosto de 2018 26 (Tabularium nº 08191.082817/2018-37), que encaminha o relatório dos Pedidos de Informação, 27 segundo a Lei 12.527/2011, relativo ao mês de julho de 2018. A Ouvidora do MDPFT, Promotora de 28 Justiça Rose Meire Cyrillo, fez uso da palavra para esclarecimentos. O Colegiado, à unanimidade, 29 relatórios. COMUNICAÇÕES $\mathbf{D}\mathbf{A}$ **CORREGEDORIA-GERAL.** 5. 30 Encaminhamento de cópia das decisões que determinam o arquivamento dos seguintes Procedimentos: (1) PGA nº 08191.049771/2018-44; (2) Procedimento Correição 31 32 Ordinária nº 08191.009088/2018-74; (3) Procedimento Correicional – Correição Ordinária nº 08191.011854/2018-61; (4) Notícia de Fato nº 08191.043259/2018-94; (5) Notícia de Fato nº 33 34 08191.070346/2018-14; (6) Reclamação Disciplinar nº 08191.052201/2018-31; (7) Reclamação 35 Disciplinar nº 08191.053979/2018-68. O Colegiado, à unanimidade, homologou os arquivamentos 36 dos Expedientes PGA nº 08191.049771/2018-44 (item 1), Procedimento Correicional nº 08191.009088/2018-74 (item 2), Procedimento Correicional nº 08191.011854/2018-61 (item 3) e 37 38 Reclamação Disciplinar nº 08191.052201/2018-31 (item 6) anteriormente citados. O Presidente em 39 exercício José Firmo Reis Soub pediu vista da Notícia de Fato nº 08191.043259/2018-94 (item 4). 40 Foi realizada sustentação oral pelo Corregedor-Geral Gladaniel Palmeira de Carvalho e pela 41 Promotora de Justiça Laís Cerqueira Silva Figueira na Notícia de Fato nº 08191.070346/2018-14 42 (item 5) e pelas Promotoras de Justiça Luciana Medeiros Costa e Marilda dos Reis Fontinele na 43 Reclamação Disciplinar nº 08191.053979/2018-68 (item 7), pelo prazo regimental. O Presidente em 44 exercício, José Firmo Reis Soub, informou que a Promotora Marilda dos Reis Fontinele encaminhou

1



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS CONSELHO SUPERIOR

45

46 47

48

49

50

51

52

53

54 55

56

57

58

59

60

61 62

63

64 65

66 67

68

69 70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83 84

85

86 87

88

89

90

91

92

Memorando nº 0529/2018 - 4ª PROURB, de 20 de julho de 2018, à Presidência deste Conselho Superior e o Memorando nº 588/2018 - 4ª PROURB, de 7 de agosto de 2018, aos membros do Colegiado, dando conhecimento da existência do Procedimento nº 1.00632/2018-19, com pedido de avocação dos procedimentos referidos nos itens 5 e 7. O Corregedor-Geral comunicou que respondeu ao Conselheiro Nacional do Ministério Público Gustavo Rocha que os procedimentos citados tinham sido encaminhados para homologação de arquivamento nesta sessão ordinária. A Conselheira Arinda Fernandes informou que o assunto referido nos procedimentos em questão seriam levados na reunião da 3ª Câmara Cível na data de hoje. O Presidente em exercício colheu manifestação e voto nominal dos Conselheiros na ordem de antiguidade. O colegiado, à unanimidade, homologou o arquivamento da Notícia de Fato nº 08191.070346/2018-14 (item 5) e da Reclamação Disciplinar nº 08191.053979/2018-68 (item 7). A Conselheira Katie de Sousa Lima Coelho fez um destaque quanto ao item 6 (Reclamação Disciplinar nº 08191.052201/2018-31) questionando ao colegiado se seria o caso de oficiar a Corregedoria da Polícia Civil a respeito da conduta do delegado que representou contra os membros do MPDFT que ofereceram denúncia com base em TCO, sem homologação da polícia civil. Os Conselheiros solicitaram que ficasse consignado em ata que a legitimidade do Provimento do TJDFT que trata sobre a questão está sendo analisada no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, afeto à Vice-Procuradoria Institucional neste MPDFT. II – AUDIÊNCIA **PÚBLICA. 1. Processo nº 08191.001116/2017-24.** Interessado: Promotor de Justiça Cesar Augusto Nardelli Costa. Assunto: Afastamento para elaboração de dissertação de mestrado, do curso de pósgraduação em Direito, oferecido pela Universidade de Brasília. Relatora: Conselheira SELMA LEITE SAUERBRONN DE SOUZA. Discussão: Leitura de relatório e voto. **Decisão:** Apresentação da dissertação de mestrado do Promotor de Justiça Interessado, nos termos do art. 39, da Resolução CSMPDFT nº 170/2014. Tendo em vista o cumprimento de todas as exigências contidas nos artigos 10 e 11, da Resolução CSMPDFT nº 71/2006, o Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o voto do Relator pelo arquivamento do Procedimento. III - ORDEM DO DIA. O Presidente em exercício inverteu a pauta e chamou a julgamento em conjunto os procedimentos 1. Processo nº 08191.123450/2017-38. Interessada: Promotora de Justiça Adjunta Janaína Cristina Queiroz de Almeida. 2. Processo nº 08191.123476/2017-86. Interessado: Promotor de Justica Adjunto Daniel Pinheiro de Carvalho. 3. Processo nº 08191.123701/2017-84. Interessado: Promotor de Justiça Adjunto Cyro Vargas Jatene. 4. Processo nº 08191.123733/2017-80. Interessado: Promotora de Justiça Adjunta Stephany Nely Lobato. Assuntos: Procedimentos Internos de acompanhamento individual de estágio probatório. Relatora: Conselheira BENIS SILVA QUEIROZ BASTOS. Discussão: Dispensada a leitura do relatório. Decisão: O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o voto da Relatora pela confirmação nos cargos dos Promotores de Justiça Adjuntos interessados. O Presidente em exercício inverteu novamente a pauta e chamou a julgamento o 5. Processo nº 08191.028489/2018-23. Interessado: Promotor de Justiça Marcelo Santos Teixeira. Assunto: Pedido de afastamento para participar de curso no exterior. Relator: Conselheiro JOSÉ FIRMO REIS SOUB. Discussão: Dispensada a leitura de relatório. Decisão: Tendo em vista o cumprimento de todas as exigências legais e normativas, em especial aquelas contidas na Resolução CSMPDFT nº 225/16, o Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o voto do Relator pelo arquivamento do Procedimento. 6. Processo nº 08191.017487/2018-17. Interessado: Promotor de Justica Rômulo Douglas Goncalves de Oliveira. Assunto: *Pedido de afastamento para participar de* curso no exterior. Relatora: Conselheira SELMA LEITE SAUERBRONN DE SOUZA. Discussão: Dispensada a leitura de relatório. Decisão: O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou a Relatora pelo deferimento do pedido de afastamento do Promotor de Justiça Rômulo Douglas Gonçalves de Oliveira, no período de 8 a 19 de outubro de 2018, para participar do curso de aperfeiçoamento "Desafios do Ministério Público e do Judiciário na Efetivação de Direitos Sociais", na Universita Di Roma Tor Vergata - Itália. 7. Processo nº 08191.073271/2018-23. Interessado:



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS CONSELHO SUPERIOR

93 Promotor de Justiça Bruno Amaral Machado. Assunto: Pedido de afastamento para participar de 94 curso no exterior. Relator: Conselheiro MAURO FARIA DE LIMA. Discussão: Dispensada a leitura 95 de relatório. Decisão: O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o Relator pelo deferimento 96 do pedido de afastamento do Promotor de Justiça Bruno Amaral Machado, no período de 21 a 26 de 97 agosto de 2018, para participar como palestrante do Congresso Internacional de Direito Penal, 98 Criminologia e Política Criminal, em Bogotá - Colômbia. 8. Processo nº 08191.059545/2018-71. 99 Interessados: Conselheiro Antonio Ezequiel de Araujo Neto. Assunto: Proposta de alteração do §4º do artigo 17 da Resolução CSMDPFT nº 170/2014. Relatora: Conselheira KATIE DE SOUSA LIMA 100 101 COELHO. Discussão: Dispensada a leitura de relatório. Decisão: O Conselho Superior, à 102 unanimidade, acompanhou a Relatora pela aprovação de proposta de alteração da Resolução, nos 103 termos do voto. 9. Processo nº 08191.038885/2018-69. Interessados: Conselheiro Antonio Ezequiel 104 de Araujo Neto. Assunto: Proposta de alteração do art. 71 da Resolução CSMPDFT nº 170/2014. 105 Relator: Conselheiro JOSÉ FIRMO REIS SOUB. Discussão: Dispensada a leitura do relatório. A 106 Conselheira Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza declarou-se impedida. Decisão: O 107 Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o Relator pela rejeição da proposta de alteração da Resolução, nos termos do voto. 10. Processo nº 08190.014018/15-70 (Apensos: 08190.063745/14-108 109 80, 08190.063681/14-07, 08191.049853/2016-27, 08191.101687/2016-87, 08191.112983/2016-11, 08191.049217/2018-67 e 08191.053726/2018-94). Interessados: Conselho Superior do MPDFT. 110 111 Assunto: Proposta de alteração da Resolução CSMPDFT nº 109/2009. Relator: Conselheiro JOSÉ 112 FIRMO REIS SOUB. Decisão: Retirado de pauta a pedido do relator. IV – MANIFESTAÇÃO DOS 113 **CONSELHEIROS.** A Conselheira Arinda Fernandes comunicou que a Promotora de Justiça Cristina 114 Rasia Montenegro depositou sua tese de mestrado e aguarda a data para defesa pela Universidade 115 (Processo nº 08190.026962/07-60). O Corregedor-Geral, Procurador de Justiça Gladaniel Palmeira de 116 Carvalho, informou que a Promotora de Justiça Sandra de Oliveira Julião foi convidada a fazer parte 117 da Assessoria da Corregedoria do MPDFT. Por fim, a data da próxima Sessão Ordinária ficou 118 definida para o dia 14 de setembro de 2018, sexta-feira, às 14h30. Para constar, eu, Arinda 119 Fernandes, Secretária do Conselho Superior, lavrei a presente ata, a qual vai assinada por mim e pelo 120 Presidente do Conselho Superior.

LEONARDO ROSCOE BESSA

Presidente do Conselho Superior Procurador-Geral de Justiça **ARINDA FERNANDES** Secretária do CSMPDFT Procuradora de Justiça Assinado por:

ARINDA FERNANDES - SCS em 19/09/2018. LEONARDO ROSCOE BESSA - PGJ em 19/09/2018.